

# TODOS CONTRA A CORRUPÇÃO

**Gilberto Barbosa de Figueiredo**

**6 de outubro de 2011**

É bastante evidente que o Brasil não segue propriamente em um caminho pavimentado rumo ao futuro almejado e que o país, considerando seu potencial e nossas esperanças, muito merece. Basta dedicar um mínimo de tempo à leitura das páginas de nossos principais jornais para se chegar ao triste entendimento de que nossos políticos conseguem destruir, hoje, todos nossos sonhos de transformar o Brasil em um país efetivamente desenvolvido no futuro. E fica a dúvida: se o estrago poderá ser corrigido, tal a força corrosiva dos atos irresponsavelmente praticados.

Muitos são os desmandos efetivados e talvez, por esse motivo, múltiplas são, também, as reações esboçadas pelos mais diversos atores que compõem o universo de cidadãos representativos dos diferentes estamentos da sociedade brasileira. Assim, temos acompanhado diversas manifestações de protesto contra a situação caótica para a qual fomos empurrados. Mas as manifestações têm sido erráticas e movidas, principalmente por razões corporativas. A Polícia Federal reclama da interferência do judiciário; os militares protestam contra a presumível parcialidade da Comissão da Verdade; categorias profissionais diversas lutam por melhores salários.

Na verdade, todos têm razão em seus clamores e não temos o direito de reivindicar que cessem com suas rogativas. O que me parece justo é alertar para a necessidade de se emprestar especial atenção ao movimento que começa a empolgar a opinião pública – o combate à corrupção. Trata-se de entender que nessa matéria é completamente prejudicial qualquer dispersão de esforços. Uma hesitação aqui somente faria com que os maus políticos continuem impunes e livres para suas práticas antiéticas. Penso que é chegada a hora de unirmos todos os esforços em torno daquilo que se apresenta com o maior apelo popular.

Os governos do PT não cessam de nos fornecer matéria para campanhas anticorrupção. No passado foram os “mensalões”, os dossiês contra candidatos adversários, os negócios nebulosos envolvendo parentes de integrantes do alto escalão do governo, inclusive do Presidente da República, entre muitos outros casos escandalosos. Agora, convivemos com demissões sucessivas de ministros, quase todas envolvendo denúncias de corrupção.

A Presidente ainda posa de “faxineira de malfeitos”, como se não tivesse sido responsável pela própria escolha dos ministros.

É fato que a atual Presidente, embora sempre a reboque das denúncias da imprensa, tem, pelo menos, demitido os ministros e outros funcionários colocados sob suspeição. Bem diverso era o procedimento de seu antecessor. Lula preferia varrer para baixo do tapete os casos de que tomava conhecimento, como aconteceu com o próprio “mensalão”. O importante, para ele, era assegurar o apoio de sua ampla e heterogênea base de sustentação no Congresso, não importa o preço moral que tivesse de pagar por isso. E sua conduta não se modificou após sua saída do Planalto. Chegou a afirmar que, livre dos encargos da presidência, iria empregar parte de seu tempo para provar que o “mensalão” havia sido uma farsa. Não retornou ao assunto quando o Procurador Geral da República, por ele nomeado, apresentou as alegações finais, denunciando 38 “mensaleiros”.

Mais recentemente, saiu-se com a incrível afirmativa de que os ministros tinham de ter “casco duro” para resistir às denúncias de corrupção.

No entanto, sabemos todos: é no Congresso que se encontram os principais focos de corrupção. O exemplo da deputada flagrada recebendo propina e inocentada por seus pares ainda repercute em todo o país e fomenta a indignação dos brasileiros de bem. É evidente que reformas políticas profundas são urgentes; reformas que nunca chegam a ser implementadas. De um lado os parlamentares, que se locupletam com o status atual e por esse sistema foram eleitos, não deixam o anseio por mudanças passar do discurso à prática. Por outro, quem poderia patrocinar a iniciativa da reforma – o poder executivo – omite-se por conveniência política de curto prazo.

Muitos são os casos de roubalheiras no serviço público que emporcalham o ambiente político brasileiro e nos enchem de asco. Nem o poder judiciário tem passado incólume pelas mídias que relatam tais fatos.

No Congresso, principalmente, o volume é tão grande e a prática tão descarada que a própria credibilidade do regime democrático sai comprometida. Creio, pois, que é chegada a hora de unirmos forças, de juntarmos nossas energias, de empregarmos nossa capacidade de mobilização para apoiarmos as iniciativas de combate à corrupção que estão nas ruas, evitando que qualquer divergência menor seja causa de indesejável dispersão de esforços.

#### **Observações:**

- 1) O autor é General de Exército, antigo membro do Alto-Comando do Exército e Ex-Presidente do Clube Militar;**
- 2) As matérias assinadas são de responsabilidade de seus autores e não representam, necessariamente, o pensamento da Academia Brasileira de Defesa.**